

3

4 **Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho - SEJUF**

5 **Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR**
6 **Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 1º Andar Bloco 'D' - Palácio das**
7 **Araucárias. CEP 80530-915 - Curitiba – Paraná**

8

9 **Reunião Plenária Extraordinária – 06 de Outubro de 2020**
10 **Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR**

11

12 No dia seis de outubro de 2020, às 14h00 em primeira chamada, o Conselho Estadual
13 dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR reuniu-se extraordinariamente na
14 sala de reuniões 5º andar, ala B do Palácio das Araucárias, rua Jacy Loureiro de Campos
15 s/nº, Bairro Centro Cívico, em Curitiba – Paraná, com a **participação dos seguintes**
16 **conselheiros/as:** Presidente – Ângela Christianne Lunedo de Mendonça (SEJUF/DPCA);
17 Elenice Delazari Valerio (AMOA); Thiago Alberto Aparecido (APAE Maringá); Scheila
18 Bruscz Meneguette (Hospital de Clínicas); Rodrigo Bonfim (Associação Hospitalar de
19 Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro); Antônio Carlos Dourado (SEED); Christianne
20 Lunardelli (SECC); José Wilson de Souza (Instituto de Apoio a Adoção de Crianças e
21 Adolescentes Trilhas do Afeto); Sandra Cristina Ferreira (SETI); Maria Tereza Chaves
22 (Associação de Portadores de Fissura Lábio Palatal de Cascavel); Ires Damian Scuzziato
23 (Centro de Educação Infantil Ledi Mass Lions); Gisele Figueiredo (ASP); Yvy Karla
24 Bustamante Abbade (Unilehu); Ligia Regina Pauli (Unilehu); Sergio Tadeu Monteiro de
25 Almeida (SEJUF); Débora Cristina dos Reis Costa (APC); Regina Bely (SEED); Márcia
26 Gonçalves Valim Paiva (Instituto Leonardo Murialdo); Alberto Marsicano Júnior (Casa
27 Civil); Priscila de Albuquerque Maranhão Polati Veiga (SEJUF/DPCA); Solimar de
28 Gouveia (SEJUF/DEASE); Marcela Divair Evangelista (SEJUF/GOFS); David Antonio
29 Pancotti (DEASE); Jéssica Luiz Dinardi (SESA); Luciméia Swiech (SESP); Lenise Rosseto
30 da Silva (SEPL). **Convidados:** Dra. Danielle Cristine Cavali Tuoto (CAOP/MP); Dr.
31 Anderson Borges Ferreira (OAB); Dra. Luciana Linero (CAOP/MP); Juliana Muller
32 (SEJUF); Bruno Muller (DP NUDIJ). **1. Abertura:** a presidente deu início à reunião
33 saudando a todos os presentes. **2. Aprovação da Pauta:** pauta aprovada com as
34 seguintes inclusões: 5. Relatório da Conferência e 6. Relato da Carta do Comitê Protetivo.
35 **5. Relatório da Conferência:** a conselheira Ires esclareceu que o relato da conferência

38 será realizado na íntegra na próxima reunião plenária, mas da oportunidade de fala
39 aproveitou para agradecer a presença de todos. Agradeceu ainda à mesa diretora e
40 organizadora, além de parabenizar o trabalho, haja vista que foi a primeira conferência
41 realizada online. **6. Relato da Carta do Comitê Protetivo:** o conselheiro José Wilson
42 informou, tendo em vista a dificuldade financeira do Estado do Paraná, assim, como dos
43 demais Estados do país, o que obriga a que se realizem esforços para alterações na lei
44 orçamentária, que dos cortes ocorridos um deles fora a demissão do Felipe Hayashi,
45 coordenador da Força- Tarefa Infância Segura, sem notícias, inclusive, sobre qual o
46 destino do setor que significa avanços para a política da infância e do adolescente. Dessa
47 maneira, visualizou-se o envio de uma carta aberta ao Governo em que conste a
48 parabenização pelo trabalho mais uma solicitação de que o supracitado permaneça dando
49 aporte ao trabalho que vinha sendo desenvolvido. Assim, o conselheiro pede aprovação
50 de assinatura dessa carta, fazendo com que o Conselho acompanhe a decisão do comitê,
51 que será enviada ao Governador. A carta foi lida na íntegra em plenária. **Parecer do**
52 **CEDCA:** em razão da natureza do pedido, sendo ela integrante de uma Secretaria de
53 Estado, e tendo em vista que o ato administrativo ainda não fora executado, a presidente
54 do conselho, Ângela Christianne Lunedo de Mendonça, absteu-se da votação, decisão
55 acompanhada pelos demais conselheiros da ala governamental, haja vista que a
56 manifestação exige implicações delicadas do ponto de vista ético. O conselho também
57 manifesta-se solicitando continuidade das ações da FORTIS, ainda que o Felipe Haysashi
58 não seja mantido: a solicitação deve ser encaminhada tanto à Secretaria quanto ao
59 Governo. **3. Projeto – Departamento de Atendimento Socioeducativo da SEJUF –**
60 **Reforma do Cense Joana Richa:** o conselheiro Pancotti apresentou da Reforma do
61 CENSE Joana Richa. Introduziu sua fala esclarecendo a condução não se trata de novo
62 empenho financeiro, ou seja, não é recurso novo, mas um que já havia sido deliberado
63 para obra; dessa forma, a proposta apresentada e de remanejamento. Assim, expôs que
64 a reforma tem sentido em aprimorar a segurança do Cense, tanto a patrimonial, quanto a
65 dos funcionários e dos adolescentes. A técnica Olívia deu seqüência à apresentação.
66 Introduziu sua fala retomando ao fato de que esta é a única unidade feminina do Estado.
67 Exibiu que o projeto conta com Área total do Prédio de 1.519,00 m², e para a 1^a Etapa a
68 área de Intervenção será de 431,80 m², enquanto na 2^a Etapa a área de Intervenção é de
69 171,23 m². Das vagas, a atua capacidade é para 30 adolescentes, entretanto, devido às

72 medidas impostas pela pandemia da COVID-19, apenas utiliza-se 50% desta; assim, ao
73 final da 1ª Etapa a unidade teria 16 vagas, mesmo número para a 2ª Etapa, chegando ao
74 total de 32 vagas. A implantação geral impactará no acesso do CENSE, na construção de
75 uma quadra, o bloco principal e as áreas de execução e internação. Foram exibidas
76 imagens com as ilustrações da área a ser reformada e imagens simuladas do resultado.

77 Dos pagamentos, a 1ª Etapa com valor de R\$ 1.638.606,00, a 2ª Etapa de R\$
78 1.435.220,00; total de R\$ 3.073.826,00, valor a ser solicitado em sua totalidade ao
79 CEDCA. Dos serviços nas duas etapas, explanou: na 1ª, os 431,80 m² terão serviços
80 preliminares (R\$209.005,00), adequação da área de recepção / lavanderia / sala de aula /
81 cursos / 06 alojamentos duplos (R\$607.166,00), instalações e entrada de energia
82 (R\$308.857,00), instalações hidrossanitárias (R\$360.981,00), acessibilidade
83 (R\$22.836,00) e pintura (R\$129.761,00); da 2ª Etapa, com área de Intervenção de 171,23
84 m², os serviços se dividirão em adequação de 06 alojamentos individuais / um alojamento
85 berçário / um alojamento coletivo (R\$153.951,00), instalações elétricas (R\$18.036,00),
86 instalações hidrossanitárias (R\$14.465,00), prevenção de incêndio (R\$5.520,00), pintura
87 (R\$52.584,00) e serviços externos / implantação (R\$1.058.664,00). A duração da obra
88 consta as duas etapas no mesmo contrato, totalizando 270 dias (09 meses), sendo que a
89 1ª Etapa durará 180 dias (06 meses) e a 2ª Etapa 120 dias (09 meses). Justificou ainda
90 as razões para instalação de sistema de prevenção de incêndios na 2ª Etapa, os quais
91 foram listados: Normativas do Corpo de Bombeiros, questão de segurança,
92 aprovação/execução sobre o Projeto Total. Do Cronograma de Ações do Projeto Reforma,
93 exibiu que em 2020 planeja-se a definição dos projetos a corrigir/refazer e a contratação
94 dos projetos, de acordo com o aval da prefeitura e dos bombeiros; enquanto em 2021 a
95 efetivação da licitação e contratação da Obra de Reforma. Para execução do PROJETO
96 REFORMA: - Finalização Projetos: Vinculada à indicação de Recursos para a totalidade
97 da Obra (comprovação de viabilidade); das vantagens de Execução Integrada 1ª e 2ª
98 Etapas: melhor custo/benefício (redução de custos) e melhoria dos resultados
99 socioeducativos, de segurança e técnicos. Adiante, abriu-se inscrição para falas dos
100 conselheiros. A conselheira Débora agradeceu à Olívia pela apresentação e expressou
101 apenas uma dúvida em relação às questões técnicas acerca da resolução do CONANDA,
102 haja vista que esta trata dos alojamentos; assim, questionaram acerca do tamanho
103 destes, tanto os individuais quanto os duplos. Olívia introduziu sua resposta que a

106 adequação de alguns alojamentos precisou ser substituída e adequada para alojamentos
107 duplos por conta de questões técnicas acerca do espaço, já que há restrições quanto a
108 tamanho; dessa maneira, a otimização de certos lugares se fez necessária. A Kelly
109 informou que fora repassado que para 01 adolescente é preciso de no mínimo 4m² em um
110 alojamento; no projeto, os alojamentos estão com 7,85m², tanto no duplo quanto no
111 simples. O documento na íntegra será enviado aos conselheiros. **Parecer do CEDCA:**
112 **Aprovado. 4. Análise dos critérios de redistribuição das cestas básicas do Projeto de**
113 **Segurança Alimentar Emergencial a Criança e aos Adolescentes Indígenas e de**
114 **Comunidades Tradicionais – DEDIF/SEED:** a conselheira Regina Bley (SEED)
115 apresentou o tema, de início já enfatizando o enorme esforço que se empenhou para
116 sanar a questão alimentar que fora aberta com a pandemia e a suspensão das aulas
117 presenciais; o esforço envolve, inclusive, a dificuldade de acesso a essas crianças que
118 por vezes habitam áreas distantes e isoladas. Dessa maneira, expressou que o processo
119 seguiu com a SEJUF indo até os núcleos e estes distribuindo para as escolas, onde as
120 cestas são, enfim, dispostas aos beneficiários. Explicou também que a movimentação
121 demanda bastante tempo de execução, já que o fluxo não é simples dado o contexto já
122 exposto. Dito isso, a conselheira exibiu uma planilha em que consta um panorama que
123 apresenta em que medida está a distribuição; os números dispostos são informados pelos
124 próprios núcleos em articulação com as escolas. Assim, apresentou: em (1) APUCARANA
125 foram 11 cestas recebidas e 11 distribuídas, chegando ao percentual de 100%; em (2)
126 ASSIS CHATEAUBRIANT foram 5 cestas recebidas e nenhuma distribuída; em (3)
127 CAMPO MOURÃO foram 09 cestas recebidas e 09 distribuídas; em (4) CASCAVEL foram
128 23 cestas recebidas e todas distribuídas; em (5) CIANORTE foram 11 cestas recebidas e
129 todas distribuídas; em (6) CORNÉLIO PROCÓPIO foram 420 cestas recebidas e todas
130 foram distribuídas; em (7) CURITIBA foram 99 cestas recebidas e todas foram
131 distribuídas; em (8) CURITIBA – Área Metropolitana Norte foram 262 cestas recebidas e
132 256 distribuídas, chegando ao total de 98%; em (9) CURITIBA – Área Metropolitana Sul
133 foram 5153 estas recebidas, entretanto, ocorreu mudança de chefia do NRE, logo,
134 nenhuma cesta foi distribuída, contudo, a conselheira Regina informou que esta logo se
135 iniciará; em (10) DOIS VIZINHOS foram 350 cestas recebidas e todas foram distribuídas;
136 em (11) FOZ DO IGUAÇU foram 560 cestas recebidas e todas foram distribuídas; em (12)
137 FRANCISCO BELTRÃO foram 253 cestas recebidas e todas foram distribuídas; em (13)

140 GOIOERÊ foram 20 cestas recebidas e 11 distribuídas, totalizando 55% - o município
141 solicitou o remanejamento das restantes; em (14) GUARAPUAVA foram 1.055 cestas
142 recebidas e todas foram distribuídas, entretanto, 1.245 cestas estão armazenadas com a
143 SEED pois o município alegou falta de espaço, contudo, foram entregues; em (15) IBAITI
144 (Guapirama) foram 22 cestas recebidas e todas foram distribuídas; em (16) IRATI foram
145 40 cestas recebidas e todas foram distribuídas; em (17) IVAIPORÃ foram 880 cestas
146 recebidas e todas foram distribuídas; em (18) JACAREZINHO foram 86 cestas recebidas
147 e todas foram distribuídas; em (19) LOANDA fora 6 cestas recebidas e 5 distribuídas, com
148 o total de 83,3%; em (20) LONDRINA (Tamarana) foram 1.600 cestas recebidas e 1.557
149 distribuídas, com o percentual de 97,3%; em (21) LARANJEIRAS DO SUL foram 1.200
150 cestas recebidas e todas foram distribuídas; em (22) MARINGÁ foram 52 cestas
151 recebidas e 44 distribuídas, com total de 84,6%; em (23) PARANAGUÁ foram 875 cestas
152 recebidas e todas foram distribuídas; em (24) PARANAÍ foram 12 cestas recebidas e
153 todas foram distribuídas; em (25) PATO BRANCO foram 3.441 cestas recebidas e todas
154 foram distribuídas; em (26) PITANGA foram 3 cestas recebidas e todas foram distribuídas;
155 em (27) PONTA GROSSA foram 7.574 cestas recebidas e 3.200 distribuídas, percentual
156 de 42%; em (28) TELÊMACO BORBA foram 1.356 cestas recebidas e todas foram
157 distribuídas; em (29) TOLEDO (TERRA ROXA) foram 2.000 cestas recebidas e todas
158 foram distribuídas; em (30) UNIÃO DA VITÓRIA foram 26 cestas recebidas e todas foram
159 distribuídas; em (31) UMUARAMA foram 22 cestas recebidas e todas foram distribuídas; e
160 em (32) WECESLAU BRAZ foram 2.015 cestas recebidas e 1.643 distribuídas, total de
161 81,5%; ao todo foram 30.686 cestas recebidas e 19.470 distribuídas, totalizando 63,5%.
162 Tendo em vista que esta é uma apresentação parcial, aguarda-se o término dos repasses
163 para novos informes. Adiante, a técnica Ana Felícia (DEDIF-SEJUF), representando a
164 Ana Raggio, apresentou a tabela com a prestação de contas e a proposta de requisitos
165 para redistribuição. Iniciou dizendo que em relação às cestas já distribuídas muitas
166 regionais ainda não encaminharam todas as prestações de contas, o que acarreta em
167 vagas falhas, estando apenas com o número supracitado de cestas distribuídas;
168 entretanto, salientou que a informação não condiz com a realidade pois não se tem todos
169 os dados. Expôs que a prestação de contas se ocupa de realizar um detalhamento, onde
170 constam datas, distribuições e a formalização do recebimento ou não, algo que boa parte
171 das regionais não encaminhou, registrou. A planilha na íntegra será encaminhada aos

174 conselheiros quando concluída e até o dia 16 de outubro, prazo para a prestação de
175 contas, informou. Posteriormente, apresentou os quesitos formulados para a
176 redistribuição: I. Que a redistribuição das cestas básicas seja realizada pela Secretaria de
177 Estado de Justiça, Família e Trabalho, após a prestação de contas da Secretaria de
178 Estado da Educação e Esporte das cestas básicas entregues cuja prestação de contas
179 ainda em curso; II. Que, prioritariamente, seja entregue para criança ou adolescente
180 indígena e de comunidade tradicional que ainda não foi contemplada com a cesta básica;
181 III. Que a criança ou adolescente indígena e de comunidade tradicional contemplada seja
182 integrante de família em situação de risco e/ou vulnerabilidade social; IV. Que o município
183 onde reside a criança ou adolescente indígena e de comunidade tradicional contemplada
184 tenha um baixo desempenho socioeconômico no índice de Desenvolvimento Humano
185 (IDH); V. Que a criança ou adolescente indígena e de comunidade tradicional já
186 beneficiada, possa receber novamente, por até mais duas vezes, outras cestas básicas;
187 VI. Sem prejuízo do atendimento de criança ou adolescente indígena e de comunidade
188 tradicional, as cestas excedentes serão destinadas ao provimento de outros públicos
189 prioritários, como crianças e adolescentes migrantes, refugiados e apátridas identificadas
190 pelo Centro Estadual de Informações para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Estado
191 do Paraná, vinculado à Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho, ou crianças e
192 adolescentes de família de catadores(as) de materiais recicláveis, identificadas pelo
193 Instituto Lixo e Cidadania, atendendo à disposição do art. 4º, da Deliberação CEDCA nº
194 010/2020; VII. Sem prejuízo do atendimento de criança ou adolescente indígena e de
195 comunidade tradicional, as cestas excedentes serão recolhidas dos Núcleos Regionais de
196 Educação e destinadas ao provimento de outros públicos prioritários, como crianças e
197 adolescentes vulneráveis de outras comunidades sob responsabilidade da Secretaria de
198 Estado da Justiça, Família e Trabalho. Após a leitura dos requisitos, a presidente sugeriu
199 que se incluísse também em nível de prioridade as famílias inscritas no CADÚnico que
200 têm crianças em primeira infância, ou seja, crianças de até 06 anos; inclusão realizada no
201 item VI: sugestão aprovada pelo CEDCA. Já o conselheiro **Rodrigo da Silva Bonfim (H.**
202 **Pequeno Príncipe)** questionou das cestas ainda paralisadas em Curitiba, do qual obteve
203 a resposta da conselheira Regina de que haverá uma força tarefa envolvendo SEEDS e
204 SEJUF visando a distribuição completa dentro dos próximos dias; elucidou também que a
205 adoção de alguns critérios visam incluir, por exemplo, crianças que não são alcançadas

208 pela educação, já que não tiveram idade para serem matriculadas. Rodrigo também
209 questionou da logística de redistribuição, já que seria inviável retirar cestas de um
210 município para entregar a pessoas de outro, justificou, ainda que os critérios de prioridade
211 isso sugiram, não faria sentido tirar o acesso mais fácil e rápida das pessoas que têm
212 direito à cesta e que estão no município em questão. Entretanto, a conselheira Regina
213 respondeu que tal dinâmica não exige tamanha complexidade e que não serão
214 necessárias grandes redistribuições, apontou, mas que os critérios ainda assim devem
215 conceder parâmetros de prioridades. A presidente do conselho sugeriu que se leve o novo
216 mapa das entregas no dia 16 de Outubro, data da próxima plenária, e com a distribuição
217 das cestas de Ponta Grossa e Curitiba se redefinisse em relação aos núcleos a qual se
218 submete os critérios de prioridade, enquanto nos demais estes já fossem aplicados. A
219 conselheira Regina, entretanto, expressiu que se traga na mesma data supracitada a
220 prestação de contas atualizada, especialmente aos núcleos a qual a fala se dirigiu, e que
221 se dirija as cestas para os novos grupos após o contingente total visualizado. Contudo,
222 tendo em vista a urgência alarmante da fome em tantas famílias, o conselheiro Rodrigo
223 expressou que redistribuísse as cestas pendentes, valendo-se dos critérios já fixados. a
224 conselheira Débora propôs que se mantenha a coordenação das cestas com a SEED até
225 o dia 16 de outubro, com auxílio e apoio logístico da SEJUF e da Defesa Civil, e a partir
226 da entrega do relatório com a prestação de contas as restantes das cestas ficam sob
227 responsabilidade da SEJUF, que realizaria a redistribuição. Haja vista a dificuldade de
228 visualização da prestação de contas com detalhamento até a data prevista, o conselho
229 entendeu por analisar apenas o panorama disposto pela SEED e no dia 16 observar-se-á
230 com mais rigor somente as cestas de Curitiba e Ponta Grossa, onde estão concentradas o
231 montante ainda com necessidade de distribuição. Em paralelo, seguir-se-á distribuindo as
232 cestas remanescentes de onde já foi feita a entrega prioritária para migrantes, apátridas e
233 todo o público vinculado ao DEDIF, assim como a famílias com criança na primeira
234 infância e famílias inscritas no CADÚnico. **Parecer do CEDCA:** aprovado o último
235 encaminhamento. **Informes Gerais:** o coordenador Jackson Pitombo apresentou-se ao
236 conselho exprimindo da efetivação no cargo da diretoria de Desenvolvimento Social e
237 salientou quem um dos pilares do trabalho será através da aproximação com os
238 Conselhos de Direitos, onde o CEDCA tem papel preponderante, destacou. Dessa forma,
239 colocou-se à disposição e manifestou estar aberto a qualquer tipo de diálogo que se

242 necessite. Adiante, a presidente agradeceu a participação dos conselheiros na tratativa dos
243 editais e informou que os prazos serão sanados, estando na próxima semana já
244 apresentada a minuta para aprovação e encaminhamento para publicação.
245 **Encerramento:** após as discussões, relatos e encaminhamentos, a reunião encerrou-se.
246 A presente ata fora redigida pelo estagiário de letras Gabriel de Franco Rocha, do DEDIF,
247 e após aprovada será publicada no DIOE e publicizada no site do CEDCA/PR.